Revista do
SESCON RS

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - junho de 2006

Ano VIII
nº 36

PARCEIRO
Qualidade RS

Pra frente, Brasil

A bola que rola na Alemanha não afeta a crise brasileira.

pagar imposto! Vai continuar calado?

não vai mudar nada. Vamos levar sua reclamação para Brasília junto com milhões de brasileiros iguais a você. Vamos gritar. E todos os governantes vão nos ouvir.

www.queromaisbrasil.com.br

QUERO MAIS BRASIL

ESTA BANDEIRA É SUA
ESTE PAÍS É SEU

Luiz Carlos Bohn
presidente

A onda verde e amarelo tomou conta do país porque o "canarinho" está brilhando nos verdes campos alemães. Radinho grudado no ouvido, lojas com vitrines abarrotadas de torcedores, todos juntos vibrando quem sabe pela conquista do hexacampeonato. O Brasil de hoje, apesar da tecnologia do século XXI e da TV digital batendo à porta, está entristecido.

Há 30 anos, em 1970, quando "Pelé e cia." trouxeram a Jules Rimet no tricampeonato, a euforia era grande na estréia da televisão a cores que salientava a beleza das cores da nossa seleção no México.

Os anos se passaram. A violência era política, hoje é criminosa. Naquela época, havia dinheiro, salários, emprego. Hoje, há fome, desemprego, impunidade. O Brasil crescia, Itaipu nascia. Ainda não havíamos enfrentado as crises do petróleo, das bolsas e as sucessivas bolhas especulativas que atingiram nossa economia. Hoje há apatia. Corrupção. Violência. Descrédito. O Brasil de 2006 nada tem a ver com o Brasil de 1970. Ao que tudo indica a sociedade civil e democrática não soube fazer a lição de casa, conforme nos mostra a matéria de capa desta edição.

No mês de aniversário do Sescon/RS, trazemos informações sobre a crise cambial que insiste em penalizar os gaúchos, principalmente a agricultura e as indústrias calçadista e moveleira. Crise que reflete o "efeito renda" no setor de serviços. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, a primeira mulher a ocupar este elevado cargo da nação, revela que há necessidade de maior rigor na legislação brasileira. Já Maria Elena Johannpeter, presidente da ONG Parceiros Voluntários, comprova que pensar no coletivo para depois voltar-se ao individual é a única saída para a sociedade globalizada.

Também percorremos os caminhos de assessoria na área de seguros, uma necessidade básica nestes conturbados dias e retratamos ainda as questões sobre previdência e ações trabalhistas. Tudo recheado com tempero verde-amarelo na esperança de que Deus confirme sua brasilidade e nós possamos receber com um sorriso aberto o ídolo Ronaldinho Gaúcho trazendo no peito a faixa de hexacampeão.

SUMÁRIO

5 ACONTECEU

6 INFORME TÉCNICO

8 ESPECIAL

12 ECONOMIA

14 ENTREVISTA

16 GERAL

18 GESTÃO

20 ARTIGO

21 NOTÍCIAS

22 CRÔNICA

ACONTECEU

14/03

Atualizar os participantes quanto às mudanças ocorridas no ICMS nos últimos anos, buscando capacitá-los para a atuação profissional na área fiscal com essas matérias. O curso foi ministrado pelo advogado, Vicente Brasil Júnior.

03/04

A palestra mensal "Miopia na Carreira Profissional" teve como enfoque hábitos e atitudes que comprometem o melhor desenvolvimento de uma carreira, e contou com a participação do adminsitrador de empresas, Marco Antônio Peruzzato.

08/05

"Competências para o Relacionamento Interpessoal" este foi o tema da palestra mensal, proferida pelo administrador de empresas, Sérgio Luiz Cestari Pureza.

12/05

O contador e consultor de empresas João Roberto Domingos Pinto ministrou o curso de DIPJ Declaração de Informações Econômico-Fiscais das Pessoas Jurídicas e Declaração do SIMPLES.

15 a 18/05

O curso "Departamento Pessoal-Módulo I", teve como objetivo formar e capacitar os participantes para a prática das rotinas de departamento pessoal. O curso foi ministrado pelo advogado e técnico em contabilidade, Luciano Kellerman Livi Biehl.

16/05

O curso prático sobre "Operações de ICMS e ISSQN" foi ministrado pelo advogado Vicente Brasil Junior.

25/05

A palestra sobre Soluções Virtuais para Empresas de Contabilidade, abordou diversos aspectos da tecnologia, como foco na otimização dos gastos, visando facilitar o gerenciamento das informações disponíveis nas empresas.

05/06

Levantamento junto aos participantes dos conhecimentos que os empresários nas áreas contábeis devem possuir atualmente, fez parte do programa da palestra mensal "O Novo Perfil dos Gestores nas Empresas Prestadoras de Serviços", proferida pelo psicólogo Darcy Cabral Márquez.

20 e 21/06

Análise, interpretação e aplicação do SEFIP versão 8.2, com ênfase para situações especiais, retificadoras eletrônicas e alterações de dados na nova versão foi o objetivo do curso sobre "GFIP/SEFIP-Versão 8.2", ministrado pelo Bel. em Ciências Contábeis, João Luiz Póvoa.

13/06

O advogado Feliciano Almeida Neto orientou sobre a legislação estadual do "Simples Gaúcho" em palestra que contou com a presença de aproximadamente 80 profissionais da contabilidade.

EXPEDIENTE

Revista do SESCON RS

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - SESCON/RS
Rua Augusto Severo,168
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2806
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.sescon-rs.com.br
e-mail: sescon-rs@sescon-rs.com.br

DIRETORIA
Titulares
Presidente:
Luiz Carlos Bohn
Vice-presidente:
Marcos Gilberto Leipnitz Griebeler
Diretor-administrativo:
Barcelides Moresco
Vice-diretora administrativa:
Ineiva Fátima Lodi
Diretor-financeiro:
Décio Luiz Becker
Vice-diretor financeiro:
Julio Roberto Lopes Martins
Diretor de relações de trabalho:
José Roberto Santos Pires
Diretor de assuntos legislativos:
Clemar Teixeira
Diretores regionais:
José Inácio Lenz
Sérgio Gilberto Dienstmann
Décio Hugentobler
José Oliveira Furno

Suplentes
Flávio Dondoni Jr.
Carlos Fernando Paleo da Rocha
Rubilar José Bernardes Filho
Luiz Carlos Duarte de Oliveira
Jorge Luiz Bersch
Ângelo Mori Machado
Marice Franchetti
Lauro Ângelo Cerutti
Neiva Inês da Silva Bilhar
Eduardo Hipólito Dias Sinigaglia

CONSELHO FISCAL
Titulares
Elda Luft
Osvino Scheider
Maria Rosa de Freitas
Suplentes
Ito Frederico Troller
Paulo Ricardo Maia

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO
Titulares
Luiz Carlos Bohn
Tadeu Saldanha Steiner
Suplentes
Nestor João Biehl
Joel Carlos Kobe

CONSELHO EDITORIAL
Tadeu Saldanha Steiner
Flávio Obino Filho
Luiz Carlos Bohn
José Roberto Santos Pires
Maria Rosa de Freitas
Jussara Corrêa

jeito de comunicar

Edição
Jeito de Comunicar, Comunicação Empresarial, Publicidade e Propaganda
Rua Dona Laura, 471 - cj 201 - Moinhos de Vento- Fone/Fax: 3388-7674
www.jeitodecomunicar.com.br
Editora-responsável:
Jornalista Mariza Franck (reg. prof. 8611/RS)
Reportagem: Mariza Franck/ Eliane do Canto
Estagiário de Publicidade: Thomas Nasório
Revisão: Bárbara Peña
Tiragem: 5000 exemplares
Impressão e acabamentos: Nova Prova

Polêmica marca cobrança do INSS em ações trabalhistas

A arrecadação de contribuições previdenciárias a cargo da Justiça do Trabalho, praticamente dobrou com a entrada em operação de convênio, assinado em 12 de dezembro de 2002, entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A implantação deste sistema, a tornou-se de grande relevância tanto para a Previdência Social, que passou a arrecadar mais por meio dele, quanto para a Justiça do Trabalho e o trabalhador brasileiro.

Com a informatização de todos os procedimentos em torno da cobrança de contribuições do INSS dentro das ações na Justiça do Trabalho, o sistema de Execução Eletrônica permite o cálculo comum entre juízes e procuradores sobre o que é devido por empregadores e empregados ao INSS. O sistema torna disponível inclusive o conteúdo da petição inicial, para que a Previdência acompanhe passo-a-passo a arrecadação e evite, com isso, a sonegação de contribuições.

Para o advogado André Saraiva Adams, do Escritório Obino Advogados, a questão da cobrança do recolhimento tributário nos valores dos processos fez com que a Justiça do Trabalho se tornasse uma grande arrecadadora do INSS.

Este, por sua vez, passou a ver a justiça trabalhista como uma grande fonte de renda o que levou a um certo abuso de ações do INSS.

Implantado com o objetivo de uniformizar procedimentos eletrônicos para a arrecadação das contribuições devidas por empregados e empregadores à Previdência, o convênio pretendia harmonizar os entendimentos entre juízes e procuradores do INSS, acabando com focos de dificuldades e convergindo para ampliar a receita previdenciária.

No entanto, conforme o advogado, como houve uma alteração de competência, também veio junto uma série de discussões sobre a matéria, com o Judiciário tendo uma demora natural para adotar posição consolidada nas diferentes questões.

André Saraiva Adams salienta que em algumas matérias, o Judiciário consolidou posições e já há enunciados definindo determinados entendimentos. Um desses enunciados, conforme o advogado, versa sobre o recolhimento previdenciário em uma ação trabalhista onde o funcionário busca o reconhecimento de vínculo empregatício. Depois de grandes discussões, ficou decidido que a Justiça do Trabalho não tem esta competência. Em outras palavras, na ação, se a empresa for condenada a reconhecer o vínculo empregatício deverá recolher o INSS sobre, por exemplo, o décimo-terceiro salário, férias e aviso prévio deferidos no processo. Porém, o recolhimento sobre os valores pagos no decorrer da vigência da relação de trabalho cabe ao INSS ingressar com ação própria para efetuar a cobrança. Outras rubricas como o desconto para "terceiros", entre eles Sesc, Senac, não podem ser cobrados pela justiça trabalhista.

Um assunto ainda sem definição, ressalta o advogado, diz respeito ao aviso prévio indenizado se ele é base do INSS ou não. Como não há posição consolidada por parte do Judiciário, o assunto gera polêmica.

Como orientação ao empresário do setor de serviços, o advogado André Saraiva Adams recomenda o cumprimento do que a Lei determina, evitando assim brechas que possam resultar em ações trabalhistas. Segundo ele, quando o empregador deixa de cumprir o que a Lei estabelece, estará motivando possíveis futuras ações reclamatórias.

Conforme André, a Lei é clara no que se refere ao reconhecimento do que é vínculo empregatício e se a ação contiver esses requisitos, a Justiça do Trabalho irá declarar vínculo de empregado. Ele esclarece que "não adianta o trabalhador emitir nota fiscal, ter uma empresa individual. Se comprovar a existência dos requisitos fixados em lei, ele terá reconhecido o vínculo empregatício", finaliza.

" Implantado com o objetivo de uniformizar procedimentos eletrônicos para a arrecadação das contribuições devidas por empregados e empregadores à Previdência, o convênio pretendia harmonizar os entendimentos entre juizes e procuradores do INSS, acabando com focos de dificuldades e convergindo para ampliar a receita previdenciária."

Seleção marca presença no campo, mas não na Política

Há exatos 36 anos, a seleção brasileira comemorava o tri-campeonato de futebol após a memorável partida realizada no estádio Azteca, na capital mexicana. Eram "noventa milhões em ação, pra frente Brasil, salve a seleção". Naquele 21 de junho de 1970, as "feras" de João Saldanha: Félix [Fluminense] Carlos Alberto Torres [Santos], Brito [Vasco], Djalma Dias [Atlético-MG], Rildo [Santos] Piazza [Cruzeiro], Gérson [Botafogo], Jairzinho [Botafogo], Dirceu Lopes [Cruzeiro], Pelé [Santos], Edu [Santos],Tostão [Cruzeiro] aplicaram 4 a 1 na seleção da Itália e conquistaram definitivamente a Taça Jules Rimet que, anos mais tarde, desapareceu e ninguém sabe, ninguém viu. Hoje, o time básico da "canarinho" tem Ronaldinho, Ronaldo Nazário, Adriano, Kaká, Zé Roberto, Emérson, Roberto Carlos, Juan, Lúcio, Cafu e Dida e quem sabe saia da Alemanha com o inédito título de hexacampeão.

Na política daquela época, nem tudo eram sorrisos. O presidente era o general Emílio Garrastzu Médici que, ao tomar posse, assinou a emenda constitucional nº 1, denominada "Constituição da República Federativa do Brasil" e incorporou as medidas de exceção previstas no ato institucional nº 5 (AI-5). O período foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e pelas denúncias de tortura aos presos políticos. A esquerda intensificou sua ação, com várias organizações optando pela luta armada. Hoje a criminalidade mandando na sociedade brasileira.

Na área econômica, numa conjuntura internacional favorável, observou-se o chamado "milagre brasileiro", que consistiu na grande expansão da economia nacional, expressa no vertiginoso crescimento do PIB, na estabilização dos índices inflacionários, na expansão da indústria, do emprego e do mercado interno. Em outubro de 1970, o Brasil obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o maior empréstimo até então concedido a um país da América Latina. Ainda em 1970, ampliou-se o limite do mar territorial brasileiro para duzentas milhas. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), lançado oficialmente o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, que coordenava cerca de duzentos projetos tidos como prioritários para a política de desenvolvimento.

"Hoje, há uma certa anestesia moral, a sociedade está na inércia moral. Não cobra, não pressiona, não exige investigação".

Foi institucionalizado o Projeto Rondon, decretado o Estatuto do Índio e lançado o Plano de Integração Nacional, que previa a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho.

Terrorismo e criminalidade

Em 2006, o operário Luís Inácio Lula da Silva inicia os passos para a sua reeleição à presidência do Brasil. Nunca na história brasileira verificou-se tanta violência nas ruas e o medo acompanha de perto parte da população brasileira que se cerca de grades em suas residências. Denúncias de corrupção, letargia do Judiciário, complacência da população que parece estar anestesiada, afirma o cientista político Fernando Schuler, diretor presidente do Instituto Iberê Camargo. "Hoje, há uma certa anestesia moral, a sociedade está na inércia moral. Não cobra, não pressiona, não exige investigação", afirma ele, ao se referir aos constantes casos de corrupção que sequer são investigados, como vem ocorrendo com a Operação Sanguessuga, acobertada por alguns parlamentares no Congresso Nacional.

O grande acontecimento em 1970 foi a implantação da televisão a cores, desta forma as transmissões dos jogos do Brasil em Guadalajara e as finais no Estádio Azteca na capital mexicana foram vistas aqui no Brasil com todas as suas cores. Na época, a televisão a cores era ainda muito cara. Em 2006, a televisão brasileira está entrando na era digital, optando pelo padrão japonês e os aparelhos de plasma e LCD dominam a preferência do consumidor cada vez mais exigente. O presidente Emílio Garrastazu Médici costumava assistir aos jogos no Maracanã com um radinho de pilha no ouvido. O presidente Lula acompanha os jogos pela televisão e gosta de jogar uma partida de futebol.

Conforme o economista Décio Pizatto, o primeiro governo do período militar (presidente Humberto de Alencar Castello Branco -1964/1967), teve a incumbência de arrumar as finanças brasileiras e conter a inflação, tarefa levada a cabo pela dupla Roberto Campos (Planejamento) e Octávio Gouvea de Bulhões (Fazenda). Também se iniciou a modernização do sistema de comunicações brasileiro. Ao segundo general-presidente, Costa e Silva, coube a tarefa de continuar as obras planejadas pelo governo anterior. Em seu governo foi implantada a comunicação por satélite (DDI) entre as principais cidades brasileiras a DDD. (A primeira interligação deste sistema foi entre São Paulo e Porto Alegre). Com o derrame cerebral de Costa e Silva, e a proibição do vice-presidente Pedro Aleixo de assumir a presidência, a junta militar outorgou uma nova Constituição ao país, em substituição à elaborada no governo Castello Branco, e preparou a escolha do novo presidente. Assim, o terceiro general-presidente foi Médici. Em seu governo, foram iniciadas as grandes obras da Estrada Transamazônica, Ponte Rio-Niterói,

"No atual processo brasileiro, a Copa do Mundo não tem nenhuma relação, e certamente, não afetará o governo Lula, nem terá efeito sobre a população brasileira, a exemplo do que ocorreu em 1970."

Hidroelétrica de Itaipu, etc. Estas obras foram financiadas com o dinheiro da Previdência Social. Assim como foi usado para a construção de Brasília, entre 1957 e 1960, afirma o economista.

Teoria desenvolvimentista

Na avaliação de Décio Pizzato, a ação do terceiro governo do período militar, seguia como os seus anteriores, uma linha Keynesiana (Lord John Mainard Keynes) que pela ação do governo se levava ao desenvolvimento. Esta teoria vem sendo proposta pelos novos keynesianos para uma ação do atual governo Lula, avalia o economista. Como a inflação estava equilibrada e havia um controle das contas públicas, as portas dos financiamentos externos estavam abertas. Com a entrada de recursos, ocorreram grandes investimentos públicos, o transporte ferroviário foi abandonado e implantou-se o meio rodoviário para o escoamento da produção brasileira. Com isso, houve geração de empregos e renda.

A conquista do tricampeonato mundial pelo Brasil, levou o país à loucura, e deu ampla e esmagadora vitória para os candidatos governistas aglutinados no partido (título que era proibido) denominado Arena (Aliança Renovadora Nacional) nas eleições daquele ano. Assim, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que aglutinava os oposicionistas sofreu forte revés. Para Fernando Schuler, em 1970, os bons resultados econômicos, aliados à repressão e à censura, fizeram com que a classe média apoiasse o governo militar. No atual processo brasileiro, avalia Schuler, a Copa do Mundo não tem nenhuma relação e, certamente, não afetará o governo Lula, nem terá efeito sobre a população brasileira, a exemplo do que ocorreu em 1970. Segundo ele, Lula usou o astronauta, a auto-suficiência em petróleo e poderá usar a seu favor uma possível vitória da seleção, mas isso é irrelevante.

Retomando a análise de Décio Pizzato, encerrado o período militar, este empresariado ruiu e desapareceu. Não foram criados na ocasião o empreendedorismo e a competição. Em seu lugar, havia as chamadas reservas de mercado, cujo melhor exemplo foi a área de informática. Em 1970, havia emprego e renda pelos motivos acima expostos, explica o economista.

Com a censura aos meios de comunicações não se sabia muito bem o que ocorria. Como era fácil conseguir emprego e ganhar dinheiro, todo o mundo estava satisfeito. Entre 1969 e 1970, houve o primeiro "boom" da Bolsa. Muita gente ganhou dinheiro, para depois muita gente perder, relembra Décio Pizatto. Era um mercado de capitais ainda engatinhando e sem regras e legislação obsoleta, o que permitiu a presença do capital especulativo, que continua até hoje.

Em 1972, foi inaugurada a refinaria de petróleo de Paulínia, em São Paulo, a maior do país e, em 1973, o Brasil assinou dois importantes acordos: com a Bolívia, para a construção de um gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e Paulínia, e com o Paraguai, para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. No ano seguinte, foi inaugurada a maior usina hidrelétrica da América do Sul, na Ilha Solteira, e a ponte Presidente Costa e Silva, ligando o Rio de Janeiro a Niterói (Ponte Rio-Niterói).

"A sociedade brasileira foi displicente e contemporizadora com toda a crise ética e moral que o país atravessou nos últimos anos."

População de baixa renda ignora escândalos

No Brasil de 2006, o governo não combate o terrorismo, mas se defronta com a criminalidade, sem saber como fazer frente ao problema. O cientista político Fernando Schuler considera que os resultados das pesquisas Sensus, Vox Populi, Data Folha e Ibope comprovam que uma parte da população sequer tomou conhecimento dos escândalos da política brasileira e outra parcela da população já esqueceu.

Segundo ele, no atual quadro, Lula perde apenas em um

segmento de eleitor com nível superior de escolaridade. Schuler avalia que 80% do eleitorado possui baixa escolaridade e ganha no máximo até cinco salários mínimos."O nível de conhecimento sobre a crise ética é pequeno", constata.

Apesar do favoritismo nas pesquisas eleitorais, há casos em que o candidato apontado como líder acaba perdendo o pleito, como o que se verificou com o ex-prefeito e hoje ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro e o governador Germano Rigotto em 2002. Fernando Schuler lembra que o presidente Lula saiu como grande favorito nas eleições de 1994 e perdeu. No Rio Grande do Sul, o ex-governador Antonio Britto era favorito e também perdeu.

Segundo ele, o que há é uma forte concentração de Lula no segmento de menor escolaridade e que apresenta menor preocupação com a questão ética. Esta parcela da população preocupa-se apenas com questões do quotidiano (preços, salário-mínimo, etc.) Não é um eleitorado que dá atenção às questões institucionais. "O presidente Lula soube se vincular a esse eleitorado através do Bolsa Família, programas de governo, salário mínimo, cenário favorável internacional", avalia.

Finalizando, Fernando Schuler considera que se plantou no Brasil a idéia de que todos os políticos são corruptos e o presidente Lula usou bem a tese singular do mea culpa "mas quem não comete um deslize?" Isso confunde o eleitor humilde. Há alguns anos, o ex-governador paulista Paulo Maluf usou com sucesso essa mesma técnica, também utilizada com êxito por outra figura carimbada da política paulista, o ex-governador, Ademar de Barros.

Para Décio Pizzato não é possível uma comparação entre a situação brasileira do tricampeonato com o Brasil atual. Segundo ele, em primeiro lugar deve ser entendido que em economia os efeitos de ato demoram para aparecer. Há uma defasagem em relação ao seu efeito. Por exemplo, uma queda na taxa de juros básicos feita por uma decisão do Copom, não tem efeito imediato nas taxas de juros cobradas nos financiamentos para pessoas físicas e jurídica. Existem outros fatores que interferem e retardam o efeito.

Portanto, segundo Pizzato, não é possível comparar 2006 com 1970. O atual não soube tirar proveito da grande liquidez internacional e atrair investimentos. O que existe é principalmente dinheiro atraído pelas altas taxas de juros ou para a Bolsa de Valores, o chamado capital volátil. Dinheiro para investimentos de longo prazo está entrando muito pouco. E fica menor quando colocado ao lado dos bilhões de dólares que circulam diariamente no Mercado de Capitais.

"Uma parte da população sequer tomou conhecimento dos escândalos da política brasileira e outra parcela da população já esqueceu."

Crise cambial afeta indiretamente o setor de serviços

"O câmbio tira a competitividade da indústria coureiro-calçadista e leva ao fechamento de empresas, demissões e desemprego."

A política econômica adotada pelo governo federal, com a supervalorização da moeda brasileira prejudica as exportações e descapitaliza os empresários gaúchos. O governador Germano Rigotto vem batendo nesta tecla, afirmando que a atual política cambial afeta setores como o coureiro-calçadista, o de máquinas e implementos e o moveleiro do estado. Somando-se à questão cambial, a economia gaúcha ainda enfrentou uma das piores secas que já atingiu o campo, causando problemas ainda não totalmente solucionados. Já no setor de serviços a situação é diferente, embora também comece a sentir os efeitos da crise.

Os reflexos que atingem os serviços ainda não são mensuráveis, mas em algumas regiões do estado são visíveis, podendo ser qualificados de "efeito renda", explica o economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Luís Augusto Estrela Faria. Segundo ele, devido ao problema do campo e das exportações, diminuiu a renda do agricultor que assim deixa de freqüentar restaurantes e todo o tipo de diversão, cortando também despesas como, por exemplo, cabeleireiro, escolas, academias.

"Sem renda tanto o exportador quanto o agricultor não consomem, atingindo assim o setor de serviços, e por isso podemos observar que as cidades

estão paradas no interior do Estado", constata o economista. "Ninguém compra nada e até os consultórios médicos já começam a sentir a ausência de clientes". Na verdade, a crise cambial que tanto vem atingindo setores da economia gaúcha não age diretamente sobre o setor de serviços, a não ser na área do turismo e em alguns locais com economia exclusivamente baseada no turismo, explica Luís Augusto Estrela Faria. Porém, segundo ele, o "efeito renda", tem se mostrado preocupante.

Para o governador gaúcho o maior problema que atingiu a economia do estado foi o câmbio, a valorização excessiva e artificial do real. O câmbio tira a competitividade da indústria coureiro-calçadista e leva ao fechamento de empresas, demissões e desemprego. O Rio Grande do Sul perde com a concorrência chinesa e com o câmbio, afirmou Rigotto em recente entrevista a uma cadeia estadual de rádios divulgada no site de notícias do Palácio Piratini.

Segundo Rigotto, se não forem criadas definições federais em relação ao câmbio, o setor continuará a sofrer perdas. "É a supervalorização do real que gera a situação de desemprego no setor coureiro-calçadista gaúcho. Somos o estado que mais exporta calçados, e por isso pagamos pela perda de competitividade que esta política cambial gera", disse.

Rigotto destacou que já foram apresentadas medidas paliativas ao governo federal, mas que somente uma alteração cambial pode contribuir de modo significativo para sanar a crise do setor coureiro-calçadista. "São necessárias definições que façam com que o real deixe de ficar supervalorizado, de uma forma irreal, como está agora", afirmou. O governador ressaltou que o governo do Estado já tomou medidas de apoio do governo estadual a extinção do ICMS para máquinas e equipamentos para o setor e a flexibilização da compensação dos créditos de exportação para as pequenas e médias empresas.

No entender do economista da FEE, dificilmente virá uma solução em curto prazo, talvez apenas com o Banco Central chegando a um acordo para não alterar demais a cotação do dólar. Para ele, é necessário mudar a legislação cambial, liberalizando mais o mercado e evitando a vinda de divisas especulativas tão incentivadas atualmente. Segundo Luís Augusto Estrela Faria, o governo deveria taxar o movimento de capital com imposto de renda com o objetivo de obter menor oscilação no mercado financeiro. O aumento na taxa de juros norte-americanos, segundo ele, irá afetar positivamente a economia brasileira no sentido de melhorar o câmbio das exportações e promover a saída do capital especulativo do país, em busca de melhores taxas do que as brasileiras.

O Supremo Tribunal Federal agora tem uma mulher na presidência

Ministra Ellen Gracie afirma que o país não pode retroceder nas conquistas democráticas.

A ministra é natural do Rio de Janeiro, tendo sido também a primeira mulher a assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal em 2000. Trata-se de um dos mais altos cargos da República que tornou a ministra Ellen Gracie Northfleet a mulher mais poderosa do país. No dia 27 de abril deste ano, a ministra assumiu a presidência no Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de saber da senhora se as questões econômicas de massa são hoje o maior desafio do Supremo Tribunal Federal e quais as medidas que podem ser adotadas para combatê-las. O controle de constitucionalidade seria a medida mais eficaz nesse sentido?

Temos enfrentado, não apenas este tribunal, mas todo o sistema judiciário tem enfrentado isso que você chama de questões de massa. Elas derivam também daquele período de altíssima inflação que vivemos. Então, num momento em que a moeda tinha valores diferentes de manhã e à tarde, realmente tudo isso virou de cabeça para baixo. Nas questões previdenciárias de reajuste de benefícios, que foi uma das chamadas grandes safras da Justiça Federal, chegavam ao Tribunal Federal os recursos nessa matéria. Eu, igualmente, ficava preocupada porque não sabia que valor era aquele. A conta estava expressa numa moeda cujo valor não existia mais. Então, como é que eu poderia chancelar um determinado resultado no mérito com valor desconhecido. De modo que, naquela ocasião, criei uma estratégia de sobrevivência, traduzindo para dólares no momento de fazer cálculos e, então, eu mais ou menos sabia se estava dentro da razoabilidade ou não o resultado da conta. Hoje, felizmente, temos níveis toleráveis de inflação, tudo isso torna-se mais fácil.

Estamos em um ano eleitoral e talvez seja uma das campanhas mais acirradas de que se tem notícia. No meio dessa confusão sobraram acusações até ao Supremo, de que os ministros estariam manifestando preferências político-partidárias, estavam tomando partido nessa disputa tão acirrada. O que muda na gestão da senhora em relação ao enfrentamento dessa questão? O que seria diferente das gestões anteriores?

Temos tido no Supremo, felizmente, um contínuo de grandes presidentes. Eu dou seqüência a uma administração muito bem-sucedida do ponto de vista interno, administrativa, e também do ponto de vista das relações com os demais poderes que fez a gestão do ministro Nelson Jobim. É claro que as pessoas têm personalidades diferentes. Eu sou um pouco mais reservada e talvez com menos treinamento de mídia do que seria necessário com abertura a certas questões. A minha ênfase grande, e eu creio que é trabalho para 24 horas no dia, vai ser, primeiro a administração do próprio tribunal, e depois a administração, essa que é imensa, do Conselho Nacional de Justiça. Pelo CNJ temos a possibilidade de alcançar todo o país e temos a possibilidade de fazer e pretendemos fazer exatamente isso. E buscar, nos mais longínquos rincões, como é que o cidadão está sendo tratado e o que é preciso fazer para que ele se aproxime mais da justiça.

A senhora poderá ser a primeira mulher a assumir a presidência da República. A senhora já tem algum plano para esse período de interinidade?

Já houve ocasião em que outros colegas ocuparam por alguns dias, na interinidade, a Presidência da República. É algo perfeitamente normal que faz parte, digamos, de uma possibilidade, especialmente dentro de um calendário eleitoral em que existem incompatibilidades e os outros sucessores que estão à frente do presidente do Supremo podem não desejar se colocar em situação de impedimento para uma próxima eleição.

Ministra, o procurador-geral da República disse no seu discurso de sua posse que a senhora está assumindo o comando do Poder Judiciário no momento em que as instituições estatais estão numa prova de resistência. Qual a expectativa da senhora quanto ao teto salarial no Judiciário e nos demais poderes?

O Conselho Nacional de Justiça, entre tantas iniciativas que já adotou nesse curto período de existência, fez o limitador do teto salarial. Ou seja, a partir do salário deferido ao ministro do Supremo Tribunal Federal se instalou o salário do Judiciário. Acreditamos que essa é uma contribuição importante que o Judiciário faz e que, certamente, será seguida pelos demais Poderes. É preciso que cheguemos à conclusão de que as dificuldades com fixação de limites salariais decorrem de um período em que vivíamos em alta inflação, quando, em decorrência da impossibilidade de reajuste mensal dos salários, criavam-se gratificações e todo tipo de penduricalhos ao salário efetivo. Seria muito saudável que nós tivéssemos um valor único, como o subsídio do ministro do Supremo, que corresponda às responsabilidades de cada cargo.

CORRETORAS DE SEGUROS querem ampliar mercado

Atualmente existem no Brasil cerca de 130 Seguradoras e mais de 60.000 Corretores de Seguros.

O mercado das empresas corretoras de seguros vem se mantendo estável, com crescimento em torno de 4 a 5% do PIB brasileiro nos últimos três anos, informa o diretor da SB Representações e Consultoria em Seguros, Sérgio Sylvio Baumgarten Júnior. Segundo ele, o crescimento do setor está paralelamente ligado a uma melhor distribuição de renda no país, ou seja, quanto maior o rendimento mensal de uma pessoa, mais ela passa a se preocupar em segurar seu patrimônio ou investindo, por exemplo, em uma aposentadoria complementar.

Conforme Sérgio, bacharel em Administração de Empresas/PUC, atuando há mais de trinta anos no mercado segurador, e que também é diretor da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG) e vice-presidente do Sindicato das Empresas de Seguro e Capitalização do Estado (SINDESERGS), além de membro do Comitê Executivo da Associação das Companhias Independentes e atual presidente da Associação das Consultorias de Seguros do RS (ACONSEG-RS), os funcionários públicos, tanto federais quanto estaduais, vem sofrendo achatamento salarial há 10 anos e isso faz com que essa parcela da população desista de investir no mercado de seguros. Para ele, o mercado começará a se expandir quando realmente se processar a distribuição de renda, com melhores salários não só para os servidores públicos, como também na empresa privada. Em função disso, o mercado de seguros vem se mantendo estável nos últimos anos, não apresentando maiores perspectivas de crescimento.

Além disso, alguns preços dispararam e, por exemplo, proteger o carro de acidentes e roubos ficou mais caro no Rio Grande do Sul desde janeiro de 2005. Quem renovou o seguro no início de 2006 arcou com custos 30% maiores. Segundo corretores e seguradoras, a culpa é da violência. O aumento de furtos e roubos nos últimos anos teria provocado a alta dos preços. Além disso, conforme estatística os preços já tinham subido de 20% a 30% em 2005.

O diretor da SB Representações explica que a função das empresas de seguros é comercializar segurança, tranqüilidade, proteção de patrimônio. Para ele, a concorrência é o grande diferenciador na profissão, exigindo cada vez mais profissionais competentes e criativos para competir com as grandes corretoras ou com as corretoras internacionais. O volume de recursos depositados em planos de previdência até abril de 2006 registrou um crescimento de 26,02% na comparação com o mesmo período do ano anterior, somando R$ 82,168 bilhões, diz a pesquisa da Associação Nacional de Previdência Privada (Anapp). Em relação à carteira de investimentos - que inclui as reservas técnicas, as reservas livres, o capital de seguradoras e outros valores - o mercado de previdência complementar cresceu 25,87% no primeiro quadrimestre do ano na comparação com o mesmo período do ano anterior. Com isso, a carteira do setor acumulou R$ 86,6 bilhões.

As principais carteiras comercializadas são Automóveis, Vida e Saúde, sendo que cerca de 30% do mercado brasileiro de seguros é controlado por empresas estrangeiras.

O IRB-Brasil Resseguros S/A exerce a função de único ressegurador e regulador das operações de seguros e resseguros no Brasil. Outra particularidade do mercado brasileiro é que todas as operações de seguro devem obrigatoriamente ser efetuadas através de Corretores de Seguros devidamente habilitados pela SUSEP-Superintendência de Seguros Privados. As operações com Resseguradores Internacionais somente podem ser feitas através do IRB ou ainda com sua expressa autorização. Atualmente existem no Brasil cerca de 130 Seguradoras e mais de 60.000 Corretores de Seguros.

"O mercado das empresas corretoras de seguros vem se mantendo estável, com crescimento em torno de 4 a 5% do PIB brasileiro nos últimos três anos"

SESCON RS

Comemora **19 anos**
e intensifica a cada dia a qualificação
dos serviços oferecidos a seus representados.

19

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul.

Parceiros Voluntários

transforma a solidariedade em ações construtivas

A cultura do voluntariado é mais do que solidariedade. Você participa do processo, doando tempo, conhecimento e emoção.

Maria Elena Johannpeter idealizadora do projeto Parceiros Voluntários

Enquanto o país vive momentos difíceis tanto na política como na economia e também na política externa, atitudes como o voluntariado, a solidariedade e o empreendedorismo podem soar como que destoante das mazelas que estão sendo enfrentadas pela população brasileira. Reside, entretanto, nestas práticas a possibilidade da retomada não só da ética, como do desenvolvimento, da descoberta de que quando vibramos em benefício da coletividade podemos construir uma sociedade mais justa e equânime nos direitos e deveres para todos.

A Parceiros Voluntários, primeira grande organização não-governamental a difundir a idéia do voluntariado pelo Rio Grande do Sul, está espalhada em todo o estado. Atuando desde 1997, a entidade representa números impressionantes: nesse período, reuniu mais de 143 mil voluntários no Estado, sendo que estas pessoas integram uma rede de 71 unidades distribuídas por 63 municípios do RS.

Sob a presidência de uma das principais idealizadoras do projeto, Maria Elena Johannpeter, a Parceiros Voluntários é referência nacional. Segundo ela, o voluntariado é sempre uma atitude de responsabilidade social muito forte, que requer o envolvimento na comunidade onde se está inserido. Embora o gaúcho tenha espírito voluntário, a prática de envolvimento de uma empresa com a sua comunidade tem partido muito mais da grande empresa, ficando mais difícil quando se trata de uma pequena ou média empresa. Porém, para ela, esta atitude está se modificando aos poucos, já que essa prática vem se tornando uma necessidade de mercado.

Maria Elena leva para a ONG conceitos sofisticados de gestão que ainda são desconhecidos para muitas empresas. A presidente da Parceiros Voluntários reforça seu pensamento sobre solidariedade e defende a formação de cidadãos solidários desde cedo. Segundo ela, a idéia da criação da ONG começou em 1990, "quando comecei com

Jovens integrantes do Parceiros Voluntários

mais vigor a luta e, em 1997, constitui juridicamente a Parceiros Voluntários. Na época, integrava o Conselho de uma creche carente. Éramos um grupo que organizava chás e galetos para arrecadar fundos. Neste ambiente, passei a analisar a possibilidade de termos mais pessoas disponibilizando com seu tempo, trabalho e emoção. Desta forma, poderíamos ajudar muitas creches. Foi aí que reuni algumas pessoas e se formou o projeto que hoje conhecemos como um dos mais importantes do país".

A idéia da Parceiros Voluntários não surgiu repentinamente. Ela foi fruto de um trabalho iniciado já na adolescência, quando Maria Elena iniciou seus primeiros passos no trabalho voluntário. "Desde os 14 anos faço trabalho voluntário. Isso vem de família. A minha mãe, por exemplo, sempre se preocupou com o outro. Mas isso não impede que as pessoas que não tiveram essa cultura em casa, também não possam assimilar a cultura do projeto, desde que comece a analisar a realidade e queira disponibilizar para a comunidade alguma coisa que tenha ou saiba fazer".

Segundo a presidente da Parceiros Voluntários, o voluntariado no Brasil está em grande desenvolvimento. A ONG começou a trabalhar em 1997 e, em seguida, veio a lei do presidente Fernando Henrique Cardoso (Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário) reconhecendo a figura do voluntário. Em 2001, a ONU decretou o Ano Internacional do Voluntariado. O Brasil foi um dos 137 países a assinar o tratado de desenvolvimento da cultura do voluntariado, ou seja, a reconhecer a figura do voluntariado. A atitude repercutiu no Brasil inteiro, gerando uma onda de solidariedade.

A Parceiros tem quatro programas, explica Maria Elena, e dentro de cada um desses Programas desenvolve várias ações. O primeiro programa é o VPF = Voluntário Pessoa Física. O segundo, é o VPJ = Voluntário Pessoa Jurídica; o terceiro, é o PVE = Programa Voluntariado das Escolas (Universidades, também); e, o quarto programa é o OSCs (Programa de Desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil). "Como falei, cada um desses programas, têm várias ações que visam fortalecer, melhorar ou inovar o Programa". Como a Parceiros trabalha com "Gestão de Processos", cada vez que um programa toma uma amplitude maior, que forçaria a contar com mais recursos disponíveis (recursos humanos, materiais e financeiros), e que sempre são escassos, se repensa o Processo. Isto é, se repensa que melhoria e/ou inovação se pode introduzir para se enquadrar nos recursos que se dispõe. "Essa creio ser a maior ferramenta do Terceiro Setor: a criatividade", esclarece a presidente da Parceiros Voluntários.

O trabalho voluntário traz satisfação a todos que participam do processo porque trabalhamos em equipe, afirma Maria Elena. "Somos um grupo que trabalha para isso. Não importa como é a colaboração. O que importa é o ato de colaborar.

A cultura do voluntariado é mais do que solidariedade. É pôr a mão na massa. Você pode até participar de campanhas arrecadatórias, doando objetos. Já no trabalho voluntário, há uma diferença: você doa à comunidade tempo, conhecimento e emoção", finaliza.

O Pacotinho Sindical e a Reforma Trabalhista

As centrais sindicais são reconhecidas como entidades de representação geral dos trabalhadores, mas sem poder de representação direta.

Nos dias que antecederam o 1º de maio, o Governo Federal sinalizou com o anúncio de um pacote de medidas na área trabalhista e sindical coincidindo com a data máxima dos trabalhadores. O 1º de maio passou e dez dias depois foram anunciadas as medidas, que pesadas na balança mais parecem um pequeno embrulho do que um pacote.

Com efeito, duas propostas contidas no projeto de lei da Reforma Sindical enviado ao Congresso foram antecipadas e adotadas unilateralmente pelo Executivo, através de Medida Provisória: o reconhecimento das centrais sindicais e a criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho. As centrais sindicais são reconhecidas como entidades de representação geral dos trabalhadores, mas sem poder de representação direta, que continuará sendo exercida pelos sindicatos. A legislação condiciona o reconhecimento à filiação de no mínimo cem sindicatos, sendo que três regiões do país deverão ter pelo menos vinte destes filiados. Os sindicatos filiados terão que reunir 10% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional e representar, no mínimo, cinco setores de atividade econômica. Acreditamos que no máximo cinco das hoje dezessete organizações que pleiteiam o reconhecimento como central sindical implementem as condições. Já se tem conhecimento da provável fusão entre a CGT, CAT e SDS. A medida regulariza a participação destas centrais em órgãos públicos tripartites, o que já vem acontecendo há mais de uma década. A atribuição de empreender negociação coletiva, que chegou a ser cogitada, não foi incluída no texto legal, assim como a participação na arrecadação da contribuição sindical.

O Conselho Nacional, de outra parte, é um órgão tripartite de consulta e deliberação sobre matéria sindical e trabalhista. A sua estrutura é muito semelhante a da antiga Comissão do Enquadramento Sindical, mas suas atribuições são mais amplas, podendo funcionar, caso seja valorizado pelos atores das relações entre capital e trabalho, como verdadeira usina de propostas para a modernização da legislação sindical e do trabalho.

São medidas que na prática em nada alteram a vida de empresários e trabalhadores. As mudanças gerais na já inadequada legislação trabalhista e que são, permanentemente, reclamadas pela sociedade brasileira foram, mais uma vez, adiadas.

Finalmente, em meio ao pacotinho sindical, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho. Pelo projeto é revogado o parágrafo único do art. 442 da CLT que vende a falsa idéia da impossibilidade de reconhecimento de vínculo de emprego entre o tomador de serviços da cooperativa e o cooperado, que tem nos últimos anos fomentado a criação de verdadeiras "fraudoperativas". Neste cenário, a proposta é bem recebida. As cooperativas de trabalho que prestam serviços a terceiros estarão no campo da legalidade caso seu foco esteja desvinculado dos objetivos e atividades finalísticas do contratante (concepção idêntica a que rege as relações das empresas prestadoras de serviços). O projeto prevê, ainda, que a execução dos serviços não poderá ser realizada com a presença dos requisitos da relação de emprego, e garante a fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se de reforma pontual que pouco representa ante a necessidade de modificação ampla do marco regulatório das relações de trabalho no Brasil.

Flávio Obino Filho
Advogado

Estudantes do IPA resgatam a história da informação contábil

O evento acontece de 08 de junho a 15 de julho

O Sescon/RS está apoiando a II Mostra de Ciências Contábeis do Centro Universitário Metodista IPA, que acontece de 08 de junho a 15 de julho, com o tema "Informação contábil: evolução e tecnologia na perspectiva do novo perfil do profissional de contabilidade", a exposição reúne peças do acervo do Museu do IPA e do Conselho Regional de Contabilidade.

O evento visa resgatar a memória da Contabilidade, desde os primeiros métodos de escrituração até o surgimento da informática, considerada um marco na história da informação contábil.

IV Simpósio de Contabilidade

O presidente Luiz Carlos Bohn esteve presente no IV Simpósio de Contabilidade do Mercosul, promovido pela UNIJUI, realizando palestra sobre o tema "Responsabilidade do Contabilista diante de Situações de Corrupção e de Sonegação na Entidade-Cliente/Empregador". O evento que ocorreu nos dias 8 e 9 de junho, no Campus da Universidade contou com o apoio do Sescon/RS.

Sescon/RS realiza ações no interior do Estado

Alegrete

O Presidente do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, esteve presente, no dia 5 de maio no Centro Empresarial de Alegrete, onde realizou palestra para os empresários da contabilidade e membros da Associação de Contabilistas local. Aproveitou a oportunidadade para divulgar a entidade e o projeto de interiorização.

Bento Gonçalves

Instalação escritório regional em Bento Gonçalves

No dia 19 de maio de 2006, o Sescon/RS instalou seu primeiro Escritório Regional na cidade de Bento Gonçalves.

O evento também celebrou a posse da nova diretoria e a inauguração da nova sede da Associação dos Profissionais e Empresas de Serviços Contábeis de Bento Gonçalves Apescont/BG, onde o Escritório Regional do Sescon/RS exercerá suas atividades. A Apescont/BG e o Sescon/RS recepcionaram os convidados com a palestra "Criando Vínculos Através do Atendimento", com o palestrante Márcio Mâncio e ao final com um Coquetel.

Santo Ângelo

Luiz C. Bohn apresenta projeto de interiorização em Santo Ângelo

O Sindilojas de Santo Ângelo reuniu os contabilistas da região, no dia 02 de junho, para evento que contou com a presença do Presidente do Sescon/RS, Luiz Carlos Bohn, que proferiu palestra sobre Carga Tributária Brasileira, Simples Gaúcho. Na oportunidade o Presidente fez uma explanação sobre o Sescon/RS e apresentou o projeto de interiorização, que visa levar as ações da entidade ao interior do estado.

Palestra sobre carga tributária e simples gaúcho em Santo Ângelo

Ijuí

No dia 9 de junho, o Presidente do Sescon/RS realizou reunião com lideranças do Sindicato dos Contabilistas de Ijuí, com vistas a divulgar a implantação do projeto de interiorização da entidade.

Renovação

Este não é um momento qualquer, é momento para fazer escolhas que definirão nosso futuro. A cada instante é tempo de escolhas, portanto, nenhum momento é de menor importância.

Há um movimento constante na vida. Todos os dias o ciclo da vida se renova. Nossas células se reciclam, nosso organismo se realimenta, nossas experiências jamais se repetem. Tudo é novo, porém, se usarmos velhos modelos de mundo para olhar o novo diário, vamos ter a impressão de que tudo segue igual.

Nada mais é igual. E tudo que escolhemos modifica o rumo desse novo que se apresenta a cada dia. Nosso apego a antigos padrões de comportamento, a ultrapassadas práticas de vida, nos coloca em uma posição de olhar o novo e avaliá-lo pelos moldes do passado. O que foi não pode ser a medida para o que é, nem a base para o que será. A que transcender nossa visão do ontem.

Todo dia nasce um novo sol, diferente de qualquer outro. Todo dia nascemos para uma realidade nova, um amplo horizonte de oportunidades que nos permite fazer escolhas que nos levarão a novos resultados de mundo.

Somos livres, apesar de desconfiarmos disso, de temermos tomar conta de nós mesmos, de delegarmos poder sobre nossa realidade para outros. Num mundo que se renova continuamente, que se recicla ininterruptamente, a pergunta fundamental é: em que rumo estou indo?

Para onde quero ir é a questão que fundamenta a jornada. Quando sei o destino que desejo, a estrada miraculosamente aparece. Quando sei o que quero, tudo conspira para alcançar o que desejo. Contudo, saber o que se quer é se tornar integralmente responsável por toda a vida, sem dar a ninguém o mandato da existência.

Saber o que se quer é desistir de acreditar que alguém mais poderá definir qualquer aspecto de minha vida, é tomar para si a tarefa da existência. Somos livres para viver, mas para usufruir dessa vantagem temos que tomar conta dessa liberdade.

Dá uma certa vertigem imaginar que tudo que viveremos depende exclusivamente de nossas decisões. Alguém pode argumentar que não dá para evitar a tragédia, o acidente, ou definir o que o outro decide. E não dá mesmo. O que está em nossa esfera de poder é definir como vamos reagir a tudo que acontece e as decisões que promoverão as conseqüências de cada ato.

Não dá para evitar o acidente, mas posso passar anos culpando a circunstância ou posso direcionar minha energia, inteligência e atenção para o que pode ser feito, qual o potencial da nova realidade e o que se pode aprender de cada lição. Quem aprende sempre cresce. Aprender é o exercício da vida. Tudo mais é impermanente. Ganhar, perder, sorrir, dar vexame ou ser vitorioso. Tudo passa. Porém o que aprendemos é a verdadeira bagagem que levamos para a próxima etapa da existência. O dia seguinte é fruto das aprendizagens do hoje.

Se tudo está, nada é, então a vida é totalmente flexível, tal qual água que ocupa novos espaços, assim o que se apresenta qualquer obstáculo. A criança é flexível porque tudo nela é aprendizagem. Quando endurecemos paramos de aprender, não mais nos renovamos, deixamos minguar nossa água, nossas emoções se cristalizam e não temos a condição de exercitar o perdão, a forma mais sublime de liberdade.

A água é a expressão máxima da flexibilidade e o ser humano anda doente da água. Temos até a arteriosclerose, um coração, literalmente, virando pedra. Precisamos recuperar a flexibilidade, a fluidez, a condição de mudar e renovar continuamente. Se podemos ter um milhão de idéias não é o caso de nos orgulharmos de não mudarmos de idéia. Se podemos ser diferentes, porque nos apegamos ao papel em que estamos neste momento e que não nos oferece plenitude.

Se o poder de conduzir a vida está conosco, porque temos tanta dificuldade de mudar hábitos que não queremos mais? Isto acontece porque não nos damos conta que é preciso revisar o olhar sobre a vida. Ter o espírito para aprender e se renovar é a base para a reciclagem de tudo. Lao-Tsé, o filósofo fundador do taoísmo, nos ensina no Tao Te King:

"A criança quando nasce é tenra e frágil e o homem quando morre é duro e forte;

O carvalho quando nasce é tenro e frágil e quando morre é duro e forte;

Por isso os tenros e frágeis são aliados da vida,

E os duros e fortes são aliados da morte.

Viver em plenitude é renascer continuamente. Para renascer é preciso deixar morrer aquilo que já não é mais. É preciso se tornar novo para viver o novo a cada instante".

Dulce Magalhães
Coordenadora do Festival Mundial da Paz
www.festivalmundialdapaz.org

Só Domínio Contábil Plus vem com 11 módulos que integram todos os procedimentos de uma empresa de contabilidade, tornando-a campeã em eficiência.

Folha · Honorários · Protocolo · Contabilidade
Escrita Fiscal · Lalur · Atualizar · Patrimônio
Administrar · Auditoria · Registro

Informações comerciais: **0800 645 4004**

www.dominiosistemas.com.br

domínio SISTEMAS
A sua melhor escolha

Softwares Administrativos Folhamatic.

Agilizando e descomplicando as rotinas do seu escritório.

Novidade Folhamatic 2006

Nova ferramenta, muitos resultados.

Aguardem...

folhamatic
folha de pagamento

e-fiscal
escrita fiscal + impostos + livro caixa

telecont
contabilidade + LALUR + ativo + gráfico + livro caixa

admsoft
administrador de escritório contábil + financeiro + cálculo de impostos em atraso

pontomatic
gerenciamento de relógio ponto

fatumatic
sistema de faturamento

estmatic
estoque de matérias-primas + estoque de produto final + OF

finamatic
contas a receber e pagar, fluxo de caixas e bancos

biomatic
relógio biométrico impressão digital

easycard
relógio ponto - crachá com código de barras

Boletim CENOFISCO FOLHAMATIC
A melhor informação das áreas tributária, fiscal, trabalhista e contábil.

Fale com a gente e solicite uma visita. Nós iremos até você sem nenhum custo.

Matriz Americana

Fábrica de Software

Nova Sede

Finalizando 1ª Etapa

Call Center

VENDAS
0800 015 4400

SUPORTE TÉCNICO
SP: Americana, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São Paulo PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre

FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

www.folhamatic.com.br